

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019
AgInt nos EDcl na PETIÇÃO Nº 12359 - SP (2018/0245241-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : DINA MORETTI RODRIGUES - ESPÓLIO
AGRAVANTE : AGUINALDO RODRIGUES
AGRAVANTE : AVELINO LUIZ RODRIGUES
AGRAVANTE : MARCELO MONTEIRO PEREZ
ADVOGADOS : LUÍS OTÁVIO CAMARGO PINTO E OUTRO(S) -
SP086906
CHRISTIAN GARCIA VIEIRA - SP168814
JACKELINE COUTO CANHEDO - DF033135
AGRAVADO : EUROBRAS S/A LOGISTICA ADUANEIRA
AGRAVADO : SA MARITIMA EUROBRAS AGENTE E
COMISSARIA
ADVOGADOS : JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI - SP053416
CIBELE PINHEIRO MARÇAL CRUZ E TUCCI -
SP065771
VAGNER MENDES BERNARDO - SP182225

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA.

- 1. A concessão do efeito suspensivo aos recursos extraordinários, mediante tutela de urgência, exige a presença concomitante dos requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora: o primeiro relativo à plausibilidade, aferida em juízo sumário, da pretensão recursal veiculada no apelo extremo (sua probabilidade de êxito) e o segundo consubstanciado no risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real.*
- 2. Na hipótese, restou demonstrada a presença concomitante dos requisitos referidos, razão pela qual de rigor o deferimento do pedido de efeito suspensivo.*
- 3. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.*
- 4. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.**

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 11 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator

